



Resumo para o XXVIII Congresso de Iniciação Científica da Unicamp - 2020

“Percursos escolares interrompidos – a retomada na EJA como forma de resistência das classes populares e em defesa dos processos de humanização.”

Maria Eduarda Berton dos Santos
Orientadora: Nima I. Spigolon

Em parâmetros gerais a pesquisa teve como objetivo principal estabelecer visões diferenciadas da realidade de escolarização das classes populares, em específico diante da retomada desses percursos na Educação de Jovens e Adultos, por meio das narrativas autobiográficas dos próprios sujeitos, que serão úteis para a compreensão da configuração social escolar e como a mesma afeta nos projetos de vida de cada indivíduo. Portanto, consideramos a experiência como princípio norteador, de modo a articular os percursos escolares, de vida, suas realidades de trabalho, as dinâmicas da sociedade com as referências bibliográficas. Além de que objetiva-se compreender a EJA como um espaço de resistência para essas populações, portanto, repensá-la para além de um caráter assistencialista, mas como ambiente de práticas e sujeitos críticos, atravessado por metodologias para a liberdade e principalmente, para compreensão de si, quebra de padrões sociais deterministas e retomada de direitos.

E por fim, de maneira mais centrada, também há como objetivo a compreensão da prática pedagógica outra, diante de uma modalidade tão específica. Considerando também a modalidade narrativa como uma metodologia legítima e útil para a área das ciências humanas, de modo a melhor compreender a constituição social, afinal:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 1970, p. 31- 32).

Deste modo, como material utilizamos cerca de 20 narrativas, dispostas em materiais e publicações que se encontram em domínio público. O processo de seleção dessas narrativas analisadas, de início se deu a partir da escolha de produções que



tratavam da escola e da infância de maneira explícita, além daquelas que objetivamente também traziam alguma denúncia social, processos em que reconheciam por si só a desumanização e portanto guiam o leitor por entre suas memórias e sensações. Já em um segundo momento, passamos a selecionar narrativas em que os autores traziam algum episódio subjetivo de problemática social, que envolvia sua relação não-linear com a escola como uma das causas. O terceiro passo foi organizar por categorias de análise, separando cada uma das narrativas selecionadas por tipo de denúncia que a mesma trazia, além daquela em função da sua relação com a escola, resultando em três outros subgrupos, sendo narrativas que continham relatos de preconceito de gênero, de raça, de classe, além daqueles que já haviam sido mapeados anteriormente. Por fim, o último passo foi analisar cada uma dessas narrativas, concomitantemente às bibliografias base, principalmente Paulo Freire e Miguel Arroyo, de modo a compreender quais as relações entre cada uma delas com a configuração social, quais as relações entre elas mesmas, como os percursos escolares interrompidos podem agravar outros aspectos pré existentes e como cada um dos sujeitos lidam com tal fato, reconhecem-se por entre eles e assim (re)existem.

Em representação a esse panorama, iniciamos a discussão pela Educação de Jovens e Adultos de modo mais completo, para que suas características e processos possam dar partida a compreensão de hipóteses já propostas, principalmente a que representa a ideia da EJA ser um espaço de resistência para as classes populares, quais princípios norteiam essa dinâmica e como professores mantém sua prática, de modo a responder às expectativas e responsabilidades agregadas a EJA. Ou seja, em função dessa questão, reconhece-se que apesar da EJA, por si só, fomentar possibilidades, devido às lutas que compreendem sua origem, ainda assim se faz necessário que as políticas públicas, as bases curriculares, a prática e o trabalho docente, agregado a um “método que seja ativo, dialógico, crítico e criticista” (FREIRE, 1979), estejam alinhados.

Buscamos também embasar tais pontos de maneira democrática e representativa, para que a experiência seja o ponto chave que norteia a discussão, seja ela com a Educação de Jovens e Adultos, com a resistência a processos sociais diversos, seja como aluno ou como cidadão, afinal, ao longo da discussão um dos principais nichos é



revisitar e potencializar o ponto de ligação que esses dois papéis sociais têm, como se relacionam e como um afeta o outro diretamente, em seus diferentes tempos e espaços.

Resultados:

Diante da leituras e informações coletadas, foi possível observar diversos padrões nas narrativas, todos que de alguma forma remetem a processos de exclusão, desigualdade, preconceito, reafirmação de realidades deterministas, itinerários desumanos, percursos escolares não-lineares e rompimento com o acesso a direitos básicos. Situações as quais foram submetidos desde a infância, que são narradas de maneira naturalizada, como parte integrante da história de vida de cada um desses sujeitos, afinal, como aponta Geovânia Lucia dos Santos:

A interrupção dos estudos constituiu, tal como o ingresso na escola, um caminho natural. Isso porque não se percebeu nos relatos a existência de elementos que apontassem para algum tipo de estranhamento em relação à situação. No geral, é como se eles estivessem percorrendo um caminho já conhecido, fazendo exatamente aquilo que deles se esperava. (SANTOS, 2004, p. 114)

Ou seja, podemos enxergar como os percursos daqueles que estão ao seu redor constituíram suas perspectivas de vida, de relações com o mundo, com o espaço, com a escola e principalmente com o trabalho e nas relações sociais. O que nos leva a compreender os efeitos indiretos que as inconsistências do Estado, sejam elas de qualquer natureza, acarretam nas realidade de vida daqueles que por ele não são assistidos (SANTOS, 2004).

Em um panorama geral, podemos encontrar diversos outros pontos de convergência, um exemplo é em relação às condições de vida pré existentes, principalmente a partir da perspectiva de gênero e de classe, relações que surgem como o princípio de afastamento desses indivíduos dos meios escolarizados, episódios os quais são narrados como memórias e não como significativamente causas e razões pelas quais houve a necessidade de repensar as relações com a escola e conseqüentemente desencadeiam uma série de eventos relacionadas às condições de vida, de trabalho e de humanidade aos quais serão vítimas ao longo da vida. O que nos leva a um segundo padrão muito comum a ser observado nas narrativas, que trata-se da ausência de direitos e principalmente de políticas públicas voltadas para a infância. Além da falta de



políticas que considerassem a família em suas múltiplas esferas, afinal, é inegável a necessidade de se considerar a família como ponto chave da realidade de vida que seus filhos serão sujeitados.

Considerando os pilares dispostos, podemos encaminhar um terceiro padrão observado nas narrativas, que relaciona-se com o trabalho, em como o mesmo, em diversos aspectos está relacionado a essas histórias de vida, seja como fator motivador a interrupção desses percursos escolarizados, seja como ponto chave ao retorno desses indivíduos a esses ambientes, além de ser um dos principais espaços em que observamos a legitimação da exclusão, já que em sua grande maioria, esses estudantes encontram-se em condições de subemprego ou em cargos de pouco prestígio. Porém, podemos analisar, ainda assim, que o trabalho consiste em um importante tópico para a construção de uma identidade de luta e resistência, de reconhecimento de sua humanidade frente a processos desumanizadoras dos quais foram vítimas ao longo de toda vida, consideramos o trabalho por essa perspectiva pois “a ação humana, que transforma o mundo e que também transforma o homem, é o trabalho em seu sentido amplo e geral” (CAMPINAS, 2013, p.12), afinal, também é a partir do reconhecimento de suas condições de trabalho que o sujeito se reconhece.

Consideramos também que EJA, em sua rotina e seu trabalho diário, já desenvolve um importante papel de assistência social, possuindo um espaço fértil para a manifestação e reconquista de espaços, de reconfiguração de práticas pedagógicas e de um ambiente libertador. Concordamos com Arroyo (2017) que se os estudantes trazem em seu cotidiano, em suas histórias, em seus processos, a experiência da resistência, é mais do que necessário que o currículo, que o projeto político pedagógico dessas unidades estejam em consonância com essas realidades, devendo ser abordadas de maneira ativa nas bases curriculares norteadoras, pois o currículo constitui-se na prática representa cada um dos sujeitos que por ele serão afetados. Desse modo, a maneira com que se estrutura o ensino e as práticas pedagógicas, deve se centralizar “no direito desses coletivos que chegam: conhecer esses processos que os vitimaram” (ARROYO, 2017, p. 38), principalmente a partir do trabalho com memórias, que irão elucidar esses percursos que foram marcados pela desassistência social.



Compreendemos, portanto, que a realidade de vida apesar de múltipla e singular para cada um dos sujeitos, apresentam traços de semelhança, os quais remetem a hipótese inicial, de que há estratégias arquitetadas, por diversos setores sociais, para que o padrão e estruturação da nossa sociedade se mantenha intacto, afinal, compreendemos a partir das memórias e das realidades trazidas que não se trata de um padrão fundamentado na coincidência ou no acaso, mas trata-se de resultados de processos muito complexos, que se manifestam cotidianamente na vida dessas pessoas.

Sendo assim, com base nas análises e leituras e em uma perspectiva qualitativa, pudemos observar como a sociedade afetou essas vidas, essas humanidades, de maneira sutil, de modo a roubar-lhes parte de sua criticidade, criando uma imagem mistificada de si próprios, incapacitando-os de reconhecer a desumanização em suas realidade de vida, de trabalho, de convívio. Porém, é certo que apesar de todas as estratégias e estruturas minuciosamente pensadas para que a domesticação dessa população fosse completa, a luta e a resistência, fruto de um anseio pelo retorno à escola por múltiplas razões, caracteriza as classes populares. As quais denunciam em suas narrativas o reconhecimento da negação de uma assistência, de espaços e de direitos ao longo da vida, mas que com a retomada de seus percursos escolarizados na EJA, estão dispostos a reconquistar seus direitos a uma vida fundamentada na justiça, equidade e principalmente, humanidade.

Referências bibliográficas:

- ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa** / Miguel G. Arroyo. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- CAMPINAS. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais: um processo contínuo de reflexão e ação.** 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- SANTOS, Geovania Lúcia dos.. **Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção em um programa de EJA entre adultos das camadas populares.** Revista Brasileira de Educação, v. 22, p. 107-125, 2004.